



SOCIEDADE

Cidade cada vez mais perigosa para mulher

Pesquisa mostra a vulnerabilidade em que elas vivem desde o momento em que saem de casa até a hora em que voltam. E, para isso, não importa o meio de transporte que utilizem

» GABRIELA BERNARDES*

Do momento em que saem até a hora de voltar para casa, as mulheres brasileiras são o grupo mais vulnerável à violência durante o percurso. Elas também são a parcela da população que declara sentir mais medo. É o que revela a pesquisa "Percepções sobre segurança das mulheres nos deslocamentos pela cidade", realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Instituto Locomotiva, com apoio da Uber e suporte técnico e institucional da ONU Mulheres.

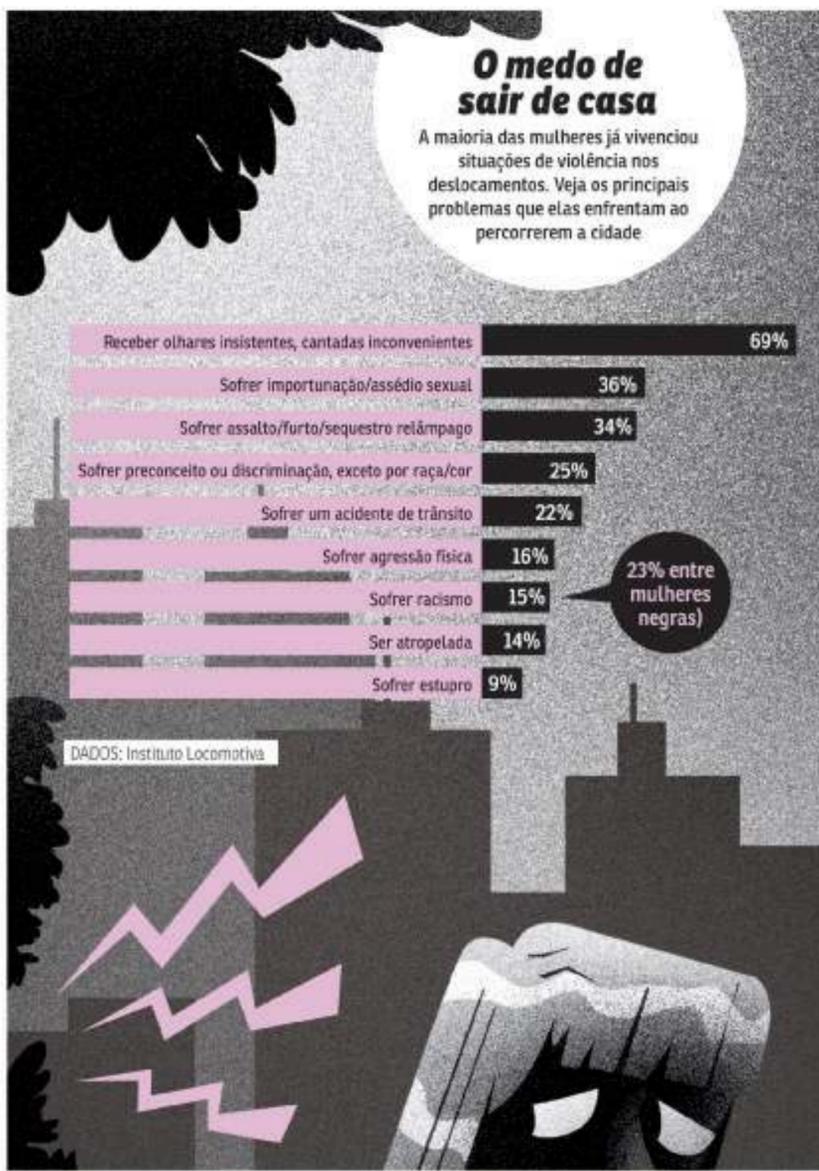
Os dados do levantamento demonstram que 69% das mulheres já foram alvo de olhares insistentes e cantadas inconvenientes ao se deslocarem pela cidade. Nada menos que 35% já sofreram importunação/assédio sexual, e 67% das negras relataram ter passado por situações de racismo quando estavam a pé.

Apesar de consideravelmente maior no sexo feminino, há uma sensação geral de insegurança durante os deslocamentos urbanos. Apenas 16% das mulheres e homens que circulam pela cidade utilizando as mais diversas modalidades de transporte sentem-se plenamente seguros.

A pesquisa aponta, ainda, que antes de sair de casa, as mulheres tomam muitas medidas preventivas e de segurança. Evitar o uso de alguns acessórios, dispensar um caminho mais longo ou demorado e evitar locais escuros estão entre os recursos que as brasileiras recorrem nos seus trajetos.

Os números do estudo revelam que pelo menos oito em cada 10 brasileiras fazem uso de alguma medida de segurança nos seus trajetos: 92% evitam sair à noite, 87% escolhem o lugar em que vão se sentar no transporte coletivo pensando na sua segurança e 96% evitam passar em local deserto/escuro.

As porcentagens de outras medidas de segurança adotadas pelas mulheres em comparação



com homens também são altas. Oitenta e cinco por cento das entrevistadas pedem para que outras pessoas as esperem em casa

ou aguardam notícias delas quando chegam ao destino, enquanto que no caso dos homens isso só é verificado por 68%. Além disso,

enquanto 82% das mulheres evitam usar alguns tipos de roupa ou acessórios, a porcentagem masculina é de 72%.

Não importa se em transportes individuais ou coletivos, públicos ou particulares, as mulheres são abusadas e assediadas nos diversos meios de deslocamento pela cidade. A pé e de ônibus são as formas com maior incidência de casos, de acordo com a pesquisa. Ao menos 69% das mulheres já foram alvo de olhares insistentes e cantadas inconvenientes durante o trajeto e 78% temem isso no meio de transporte que utiliza.

Racismo

O levantamento mostra, também, que questões raciais são determinantes para a insegurança de mulheres durante seus trajetos em meios de transporte em espaços públicos. A sensação de insegurança durante os deslocamentos é ainda mais acentuada para as negras: 67% delas relataram ter passado por situações de racismo quando estavam a pé; em ônibus, os casos de preconceito e discriminação foram de 34%. Além disso, a maioria (80%) das mulheres que se desloca teme ser vítima de crime racial.

As consequências do isolamento social para frear a transmissão da covid-19 e os desdobramentos da pandemia impactaram as mulheres profundamente. Medo de sair de casa, receio de se ausentar à noite e menor possibilidade de se deslocar pela cidade estão entre as mudanças de hábito das brasileiras. O levantamento mostra, ainda, que, para quase 30% das entrevistadas, a cidade ficou mais perigosa na pandemia. Agora, 77% das mulheres dizem sentir mais medo de sair de casa e 29% delas mudaram hábitos de deslocamento porque a cidade pareceu mais perigosa no período.

O estudo foi realizado em outubro de 2021 pelo ambiente on-line. Foi feito com 2.017 pessoas (1.194 mulheres e 823 homens), com 18 anos de idade ou mais.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

CHACINA NO RIO

Polícia diz que quatro não eram fichados

A Polícia Civil do Rio afirmou, ontem, que quatro dos nove mortos durante operação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no Grande Rio, não tinham anotações ou antecedentes criminais. A ação da tropa de elite da Polícia Militar carioca aconteceu no último domingo. Oito corpos foram retirados de um manguezal por moradores, na manhã de segunda-feira. A nona vítima, Igor da Costa Coutinho, foi baleado no domingo e foi socorrido, mas morreu depois.

A chacina ocorreu depois da morte do sargento da PM Leandro Rumpelsberger da Silva, de 40 anos, que no último sábado morreu depois de uma troca de tiros, numa emboscada, com traficantes que atuam na região. Os oito mortos foram identificados como Carlos Eduardo Curado de Almeida, Ítalo George Barbosa de Souza Gouveia Rossi, Élio da Silva Araújo, Rafael Menezes Alves, David Wilson Oliveira Antunes, Kauã Brenner Gonçalves Miranda, Jhonata Klando Pacheco e Douglas Vinícius Medeiros de Souza, cujos corpos foram retirados do manguezal.

A Polícia Civil não esclareceu quais eram as cinco vítimas com algum tipo de antecedente criminal, mas uma pesquisa dos nomes junto ao Tribunal de Justiça do Rio e do Pará possibilitou identificar três casos. Carlos Eduardo respondeu processos por tráfico de drogas, associação para o tráfico, receptação e concurso material (quando pratica dois ou mais crimes distintos). Já Ítalo George foi acusado de associação para a produção e tráfico de drogas. Por fim, Jhonata Klando Pacheco respondeu processos por roubo majorado no Pará. Os demais registros não foram encontrados.

O caso é apurado pela Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (DHNSG). Os investigadores enviaram ofício à PM pedindo os nomes dos agentes que participaram da ação, assim como a apreensão das armas utilizadas durante a operação.

Tortura

Além de aguardar a perícia nas armas, os agentes estão ouvindo depoimentos e buscando novas testemunhas. A equipe da DHNSG também aguarda os resultados dos laudos de necropsia.

Moradores da comunidade do Salgueiro — que não tem nada a ver com a escola de samba, que fica na Tijuca, no Rio de Janeiro — disseram que os oito corpos encontrados no mangue apresentavam sinais de tortura. Segundo pessoas que participaram da remoção dos cadáveres, Kauã Brenner Gonçalves, que tinha 17 anos, teve um dedo da mão cortado.

“Já sabiam que iriam matar. Então por que fazer isso? Por que torturar? Parece que estão matando bicho, matando rato. Meu irmão não fazia mal para ninguém. Fizeram muita maldade com ele. Tem adolescentes aí que teve os dedos arrancados. Para que fazer isso?”, disse Milena Menezes, irmã de Rafael Menezes Alves, um dos mortos retirados do mangue, de 28 anos. Os investigadores, porém, negam que tenha havido tortura.

A suspeita é de que a chacina tenha sido cometida por causa da morte do sargento-PM.

AMAZÔNIA

Mourão assume a culpa pelo desmatamento

O vice-presidente Hamilton Mourão fez, ontem, um mea-culpa sobre a coordenação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), que não conseguiu conter o desmatamento na floresta no último ano. “Se você quer um culpado, sou eu. Não vou dizer que foi o ministro A ou o ministro B. Eu que não consegui fazer a integração de forma que funcionasse”, declarou o general, em entrevista coletiva no Palácio do Itamaraty, após a sétima reunião do Conselho, a última do ano.

Apesar de reconhecer as falhas, Mourão destacou que não tem um papel executivo na gestão federal. “Eu tenho meus limites na minha cadeira de presidente do Conselho. Eu não posso dar ordem, isso é uma limitação bem grande. O governo é exercido pelo governo e seus ministros”, afirmou o vice-presidente. A integração entre os órgãos vinculados ao Conselho, disse Mourão, teria vindo apenas na fase final da Operação Samaúma, que começou somente no final de junho de 2021.

Assim, em todo o período

anterior, não teria havido uma combinação efetiva entre as Forças Armadas e as agências de fiscalização para conter o desmatamento na Amazônia, que saltou 21,97% entre agosto de 2020 e julho de 2021 na comparação anual. Trata-se do maior índice em 15 anos, segundo dados divulgados na semana passada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“Essa é a minha análise para o resultado ter sido tão ruim como foi”, destacou o vice-presidente sobre o avanço do desmatamento. “Forças Armadas não são agências de fiscalização. O trabalho delas é criar condições para que agências estejam no terreno com proteção e mobilidade tática”, explicou. O decreto de Garantia da Lei da Ordem (GLO), que manteve as Forças Armadas na Amazônia, expirou em 15 de outubro e não foi renovado.

Mourão ainda afirmou que apenas 65% do desmatamento informado pelo Inpe foram ilegais. Ou seja, os outros 35% seriam fruto de autorizações do governo para corte de árvores em áreas privadas.

Bruno Batista / VPR



Mourão admitiu que falhou na integração para preservar bioma

Desmonte

Em meio ao desmonte das estruturas de fiscalização do país, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o vice-presidente também voltou a reconhecer que é preciso ampliar

o número de servidores responsáveis pela aplicação de multas. “É fundamental a recuperação da capacidade operacional das agências ambientais”, afirmou.

O próprio presidente Jair Bolsonaro assumiu, em diversas ocasiões, que determinou a redução das multas

ambientais. “Agora, uma coisa todos temos que ter consciência, não é só a repressão, temos que atuar na conscientização”, acrescentou o general.

Entre outros mea-culpa, o vice-presidente também reconheceu que embaixadores europeus aguardam resultados melhores sobre o desmatamento no país. Por outro lado, disse que a imprensa “não ouviu falar em queimadas” na floresta este ano.

Participaram da reunião do Conselho os ministros Carlos França (Relações Exteriores), Walter Braga Netto (Defesa), Tezza Cristina (Agricultura), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-geral) e Bruno Bianco (Advocacia-geral da União), além do secretário especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência, Flávio Rocha.

Já o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, — “a cara do combate ao desmatamento”, nas palavras de Mourão — por sua vez, não participou do encontro. Ele estava em reunião no Palácio do Planalto com Bolsonaro e mandou seu secretário-executivo, Fernando Moura Alves.